

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018

Índice

	Página
Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	19
Demonstrações contábeis	24
Notas explicativas às demonstrações contábeis referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	31

GRU AIRPORT AEROPORTO
INTERNACIONAL
DE SÃO PAULO

Demonstrações Financeiras



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – GRU Airport

A Administração da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Companhia” ou “GRU Airport” ou “Aeroporto” ou “Concessionária”) apresenta a 6ª edição do Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis em conjunto com o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, e o parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

As Demonstrações Contábeis do ano de 2018 estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis às operações da Companhia.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados realizados em relação ao exercício de 2018 e todos os valores estão em milhões de reais (R\$), exceto quando indicado.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado acionista,

Em 2018, o GRU Airport alcançou marcos importantes em seu desempenho operacional, assim como resultados econômicos e financeiros superiores ao ano anterior. Os números alcançados foram resultado do comprometimento, engajamento e dos esforços contínuos empreendidos pela Administração em superar os obstáculos e desafios apresentados em um ano marcado por uma recuperação lenta da economia e em meio a incerteza de uma corrida eleitoral.

GRU Airport é o maior Aeroporto do Brasil e da América do Sul, sendo o segundo mais movimentado da América Latina, com uma média de 116 mil passageiros transportados, 803 operações de pouso e decolagem diariamente e registrou movimentação de 42,2 milhões de passageiros em 2018. O número representa um recorde histórico de movimentações, 4,5 milhões de passageiros acima de 2017 e superou os 39,5 milhões de passageiros do ano de 2014, ano da Copa do Mundo no Brasil. As operações de voos, atingiram 294 mil movimentos de pouso e decolagem em 2018.

O Aeroporto demonstra em números o seu potencial operacional, como o principal polo de distribuição de voos do país, com 53 destinos internacionais e 50 domésticos, administrados por 40 Companhias aéreas com operações regulares. Em movimentação de cargas aeroportuárias no Brasil, o Aeroporto movimenta 38%¹ das exportações e importações por via aérea no país. Nossos armazéns estão localizados próximos às principais rodovias do estado de São Paulo, o que facilita a conexão rodoviária com o litoral e o interior do Estado.

O Aeroporto posicionou-se como importante parceiro das Companhias aéreas, servindo de *hub* para os passageiros internacionais. Em 2018, do total de passageiros internacionais no país, 63%⁴ embarcaram ou desembarcaram por GRU Airport.

Em termos financeiros, GRU Airport apresenta um crescimento de 25% no seu EBITDA, em relação ao ano de 2017, encerrando o ano com margem EBITDA² de 68,7%, 5,5 pontos percentuais acima do realizado no período anterior. A receita líquida³ apresentou crescimento de 14,7% e os custos e despesas apresentaram uma redução de 10%⁴.

A visão de longo prazo, o compromisso com a qualidade da prestação de serviço e o foco na geração de valores para o acionista, permeiam a filosofia que faz com que o GRU Airport se consolide, cada vez mais, como o maior e melhor Aeroporto da América do Sul e um dos melhores do mundo.

¹ <http://www.ComexSta/>

² *desconsidera o efeito de custo*

³ *desconsidera o efeito dos valores de contribuição tarifária*

⁴ *desconsidera o efeito dos valores de outorga variável*

DESTAQUES COMERCIAIS E OPERACIONAIS

Em 2018, GRU Airport alcançou recordes em números de passageiros domésticos e internacionais, com 42,2 milhões de passageiros, um crescimento de 11,8% em relação ao ano de 2017. Este marco é resultado da estratégia comercial em aumentar as conexões internacionais, desenvolver novas rotas domésticas e novos voos para a Europa e América do Norte, com destaque para a abertura de voos diretos para destinos internacionais como Boston, Las Vegas, Telaviv, Quito e Tucuman.

Hangar das Companhias aéreas Latam e American Airlines

Foram concluídas no final do ano de 2018 as implementações dos Centros de Manutenção de Linha das Companhias aéreas Latam e American Airlines. Os dois projetos iniciaram suas operações regulares em 2019, e possuem capacidade operacional para atender as aeronaves *narrow-body* (aeronave de fuselagem estreita) e *wide-body* (aeronave de fuselagem larga).

Estes Hangares são elementos estruturantes do desenvolvimento do Aeroporto, uma vez que permitem consolidar as operações das empresas aéreas, reduzindo o seu custo operacional e aumentando o tempo de utilização das aeronaves.

Negócios Não Aéreos

Em 2018, GRU Airport encerrou o ano com um total de 323 estabelecimentos, inaugurou 31 novas operações. Foram inaugurados mais de 4.500 m² de operações entre quiosques, lojas e opções de alimentação. Foram assinados importantes contratos com *players* internacionais, que em 2018 inauguraram 4 novas lojas de conveniência, e outro *player* de restaurantes, que irá operar 6 novas marcas no segmento de alimentação a partir de 2019.

Projeto Ágile

O Aeroporto Internacional de São Paulo (GRU Airport) iniciou em dezembro de 2018 as operações de pousos e decolagens de maneira simultânea em condições meteorológicas visuais. Batizado de *Projeto Ágile*, com o objetivo de trazer maior eficiência no gerenciamento do tráfego aéreo e otimizar o trabalho dos controladores e tripulações que operam no Aeroporto. O procedimento foi desenvolvido em conjunto pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR), GRU Airport, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) e a Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA, da sigla em inglês), com apoio da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

QUALIDADE DE SERVIÇO

Em 2018, a Pesquisa de Satisfação do Passageiro, realizada pela Secretaria Nacional da Aviação Civil, pesquisa referente ao quarto trimestre de 2018⁵, conferiu a GRU Airport a nota 4,35 (numa escala de 1 a 5), no critério “Satisfação Geral do Passageiro”. Com base em 37 indicadores que medem qual o real nível de satisfação dos passageiros. Esses itens apontam desde a qualidade nas informações dos painéis até a oferta de estrutura comercial para os usuários, passando por outros quesitos como tempo de fila em *check-in*, cordialidade dos funcionários entre outros. O levantamento é realizado desde 2013 e constitui-se de um dos mais importantes termômetros para o setor. O resultado apontado na pesquisa, deve-se as ações de melhorias desenvolvidas ao longo do ano e o aprimoramento do nível de qualidade dos serviços prestados no Aeroporto.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Companhia tem como acionistas o Aeroporto de Guarulhos Participações S.A., com 51%, e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, com 49%. O Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. tem como acionistas a INVEPAR com 80% e a ACSA (*Airports Company South Africa*) com 20%. Esta composição atual do capital social da GRUPAR decorreu da operação de compra e venda das ações firmada em outubro de 2015.

A INVEPAR atua no setor de infraestrutura de transportes no Brasil, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e Aeroportos. Com 7.436 funcionários próprios comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Signatária do Pacto Global da ONU desde 2010⁶, a INVEPAR é atualmente um dos maiores grupos de infraestrutura de transportes do Brasil, tendo seu portfólio composto por onze concessões distribuídas em seus três segmentos de atuação, de rodovias, aeroportos e mobilidade de urbana. Em dezembro de 2016, a INVEPAR e suas controladas assinaram o Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, como parte de seus esforços de aprimorar o *compliance* corporativo. Em 2017, o grupo concluiu sua nova Política de Integridade, estabelecendo diretrizes complementares ao seu Código de Ética e Conduta. Além disso, foi aprovada a Política de Consequências, que define diretrizes para a aplicação de consequências nos casos de violação aos princípios de valores éticos do grupo INVEPAR.

Em 2018, a INVEPAR com oito rodovias administrou 2.337 quilômetros de rodovias. As concessões rodoviárias são: LAMSA (Linha Amarela S.A.), CLN (Concessionária Litoral Norte), CART (Concessionária Auto Raposo Tavares), CBN (Concessionária Bahia Norte), CRT (Concessionária Rio Teresópolis), CRA (Concessionária Rota do Atlântico), ViaRio (Concessionária ViaRio) e a Via 040 (Concessionária BR 040).

⁵ <http://www.infraestrutura.gov.br/pesquisa-satisfacao>

⁶ mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Presente também no segmento de mobilidade urbana, por meio de concessão o MetrôRio (Região metropolitana), MetrôBarra (Sistema de operação da Linha 4 do metrô) e o VLTCarioca (Área central), atuantes na cidade do Rio de Janeiro.

INFRAERO, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, uma empresa pública federal brasileira de Administração indireta vinculada ao Ministério de Infraestrutura, com mais de 40 anos de experiência no setor e está entre as maiores operadoras aeroportuárias do mundo, com 55 Aeroportos, 19 terminais de logística de carga e 61 Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTAs) espalhados pelo país, processando, em 2018, mais de 100 milhões de passageiros. Detém, ainda, participação acionária de 49% nos Aeroportos de Brasília (DF), Guarulhos e Campinas (SP), Confins (MG) e Rio de Janeiro (RJ- Galeão).

A "Airports Company South Africa" (ACSA) é uma empresa sul-africana que opera concessões de Aeroportos. Detentora de nove concessões aeroportuárias na África do Sul em regime de exclusividade (dentre eles, os da Cidade do Cabo e de Johannesburgo), além de duas parcerias para a gestão de Aeroportos internacionais (Mumbai na Índia e Guarulhos no Brasil).

ANÁLISE DO SETOR AEROPORTUÁRIO BRASILEIRO

Segundo os dados estatísticos da Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), as empresas aéreas brasileiras transportaram, em voos domésticos e internacionais, um total de 103⁷ milhões de passageiros pagantes em 2018. O número representa uma elevação de aproximadamente 4%⁷ em relação ao ano anterior. O setor segue apresentando a retomada de crescimento conferida em 2017, com expansão de demandas e ofertas.

Em voos domésticos, as empresas brasileiras, juntas, foram responsáveis pelo transporte de 93,6⁷ milhões de passageiros em 2018, um aumento de 3,3%⁷ em relação ao ano de 2017, em voos dentro do país.

Em voos internacionais, foi percebido a mesma evolução do mercado doméstico, e a alta no número de passageiros transportados em 2018 foi de 11,9%⁷ face ao mesmo período do ano anterior. O número representou a segunda maior variação dos últimos oito anos, com total de 9,4⁷ milhões de passageiros transportados pelas empresas brasileiras.

Durante o 12º *Routes Americas*, realizado entre os dias 12 e 14 de fevereiro, em Quebec, Canadá, GRU Airport venceu o *Marketing Awards* para os aeroportos acima de 20 milhões de passageiros/ano, demonstrando sustentabilidade no setor aeroportuário. Este é o mais importante prêmio do segmento no continente americano, sendo o júri composto pelas empresas aéreas que operam no continente americano.

⁷ <http://www.anac.gov.br>

PERFIL DO NEGÓCIO

GRU Airport permanece como Aeroporto referência na América Latina e um dos principais Aeroportos do mundo, tendo atingido a participação de 63%⁸ dos passageiros internacionais transportados dentro do mercado brasileiro em 2018.

O Aeroporto foi construído e posicionado para ser um *hub* internacional mais próximo do principal centro populacional e de negócios do país, o Aeroporto vem se destacando como o *hub* da América Latina, conectando os diversos estados brasileiros e países da América do Sul com as demais partes do mundo, com destaque para as rotas da América do Sul (Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai), para Europa e África.

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

Desempenho Operacional	2018	2017	Var. %
N.º Total de Passageiros incluindo conexões ¹ (milhões)	42,2	37,8	11,8%
N.º total de passageiros internacionais	14,9	14,0	6,5%
N.º total de passageiros domésticos	27,3	23,8	15,0%
Movimentação de Aeronaves (MTA) total mil	293,9	266,0	10,5%
MTA internacional (mil)	80,2	74,1	8,3%
MTA doméstico (mil)	213,7	192,0	11,3%
Volume de Cargas ² (mil tons)	306,4	282,1	8,6%
Importação desemb. (mil tons)	161,8	147,5	9,7%
Exportação emb. (mil tons)	144,5	134,6	7,4%
Companhias Aéreas ³	44	42	4,8%
Destinos	93	88	5,7%
Vagas de Estacionamento ⁴	9.870	10.223	-3,5%
Estabelecimentos Comerciais	323	292	10,6%

^[1] Considerado volume de passageiros processados

^[2] Volume de cargas embarcadas e desembarcadas no terminal de cargas de GRU Airport (TECA)

^[3] Considera apenas as Companhias aéreas que realizaram voos regulares

^[4] Incluindo vagas para motocicletas

Total de Passageiros

Em 2018, GRU Airport movimentou 42,2 milhões de passageiros, entre embarques e desembarques, apresentando um aumento de movimentação de passageiros de 11,8% em relação ao ano anterior, que foi de 37,8 milhões. Desse total, 27,3 milhões são de voos domésticos e 14,9 milhões de voos internacionais.

O segmento doméstico apresentou um aumento de 15,0% em relação a 2017, devido a consolidação dos *hubs* das Companhias aéreas Latam e Avianca, e a Companhia aérea Azul, que aumentou o processamento de passageiros com maior disponibilidade de assentos e número de voos.

⁸ <http://www.ComexSta/>

O segmento internacional apresentou incremento de 6,5% em relação a 2017 devido principalmente ao desenvolvimento de rotas internacionais (EUA-Boston e Las Vegas, Israel-Telaviv, Equador-Quito e Argentina-Tucuman) e também à consolidação de *hubs* de Companhias aéreas, como a Latam.

Movimentação de Aeronaves

Em 2018, 293,9 mil pousos e decolagens foram operados pelo GRU Airport, um aumento de 10,5% quando comparado a 2017. O aumento foi resultado de novas operações com horários alternativos de voos (madrugada e meio-dia), voos internacionais extras das Companhias aéreas e início do projeto denominado *Projeto Ágile*, (operações de pousos e decolagens de maneira simultânea em condições meteorológicas visuais).

Volume de Cargas

O volume de cargas importadas e exportadas apresentou crescimento de 8,6% em relação ao ano anterior, incremento de 24,3 toneladas em 2018. Estes resultados foram consequência do desenvolvimento contínuo de novas frequências de voos cargueiros regulares, além do aumento de demanda de importações de segmentos como fármaco, automotivo e maquinário.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Em 2018, GRU Airport apresentou crescimento de 14,7% da receita líquida ajustada, refletindo a recuperação do cenário macroeconômico no país, mesmo que lenta, contribuiu para o aumento do tráfego de passageiros. Concomitantemente, destacam-se as performances acima do realizado no ano anterior das receitas tarifárias e não tarifárias, 21% e 7,5%, respectivamente. A gestão e o controle dos custos e despesas adotados pela Concessionária, também foram fatores essenciais para a redução de 2,4% frente ao ano anterior.

Os desempenhos econômicos financeiros e operacionais resultaram no EBITDA de R\$ 1,4 bilhão, 24,6% acima do realizado em 2017, e a margem EBITDA apresentou variação positiva de 5,5p.p., fechando o ano de 2018 com 68,7% de margem.

RECEITAS

R\$ MM	2018	2017	Var. %
Receitas Tarifárias ¹	1.323,6	1.093,7	21,0%
Receitas Não Tarifárias	990,2	920,7	7,5%
Receita Bruta Ajustada	2.313,7	2.014,4	14,9%
Deduções da Receita Bruta	(289,1)	(248,8)	16,2%
Receita Líquida Ajustada	2.024,7	1.765,6	14,7%

¹ Expurgado o efeito da contribuição tarifária

As receitas do GRU Airport são divididas em dois grupos:

Tarifárias: devidas pelos usuários dos serviços aeroportuários e estão ligadas diretamente aos passageiros (taxas de embarque e conexão) aeronaves (taxas de pouso e permanência) e as tarifas ligadas ao terminal de cargas (armazenagem e capatazia).

Não tarifárias: são receitas ocorridas mediante a celebração de contratos com terceiros para a exploração de espaços dentro do complexo aeroportuário. Dentre as receitas não tarifárias podemos destacar as receitas de cessão de espaço para lojas e restaurantes, estacionamentos, publicidade e serviços aos passageiros.

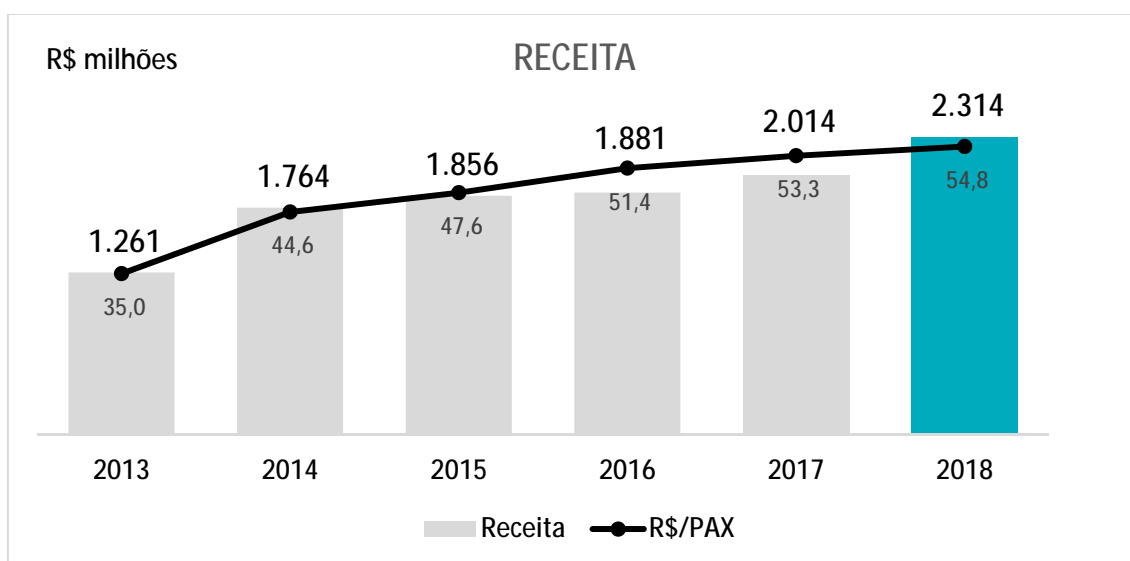
Receitas Tarifárias

A receita tarifária foi de R\$ 1,3 bilhão, 21,0% superior ao ano de 2017, com destaques para: (i) crescimento de 11,8% no total de passageiros movimentados, com destaque para o crescimento do segmento doméstico em 15,0%; (ii) consolidação do início da cobrança aos finais de semana no armazenamento das cargas iniciada em agosto de 2017; (iii) contínuos esforços comerciais na negociação com grandes importadores para atrair cargas e no desenvolvimento de novas frequências de voos cargueiros regulares semanais; (iv) reajuste anual de tarifas pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

Receitas Não Tarifárias

A receita bruta não tarifária atingiu o valor de R\$ 990,2 milhões em 2018, 7,5% superior aos R\$920,7 milhões realizados em 2017. Contribuiriam para o crescimento, as receitas com cessão de espaços para lojas e restaurantes que cresceram 9,3%, impulsionadas pela inauguração de 31 novas operações comerciais em 2018. Dentre as novas operações destacamos, as seguintes lojas Pizza Hut, Casa Bauducco e Victoria's Secret (terminal 3) e Friday's e Starbucks (terminal 2). O segmento de serviços aos passageiros também colaborou para o aumento da receita no ano, com destaque para a internalização parcial da operação de Salas *Vip*'s do Aeroporto.

Abaixo, observa-se a evolução ao longo dos anos do desempenho da receita bruta ajustada:



CUSTOS E DESPESAS

R\$ MM	2018	2017	Var. %
Pessoal	(117,1)	(141,7)	-17,4%
Conservação & Manutenção	(97,5)	(105,9)	-8,0%
Operacionais	(129,8)	(127,0)	2,2%
Despesas Administrativas	(77,1)	(83,3)	-7,5%
Outras receitas/despesas	13,7	4,9	180,9%
Custos & Despesas Operacionais - Pré Outorga Variável	(407,7)	(453,0)	-10,0%
Outorga Variável	(226,7)	(197,3)	14,9%
Custos & Despesas Operacionais	(634,4)	(650,3)	-2,4%

Em 2018, os custos e despesas pré-outorga variável reduziram R\$ 45,3 milhões, 10% menor em comparação ao ano anterior, resultado das ações de melhoria contínua nos processos operacionais e administrativos visando otimizar custos e aumentar a sinergia das operações de GRU Airport.

Os custos de pessoal apresentaram uma redução de 17% em relação ao ano de 2017, decorrente da reestruturação organizacional realizada em fevereiro de 2018.

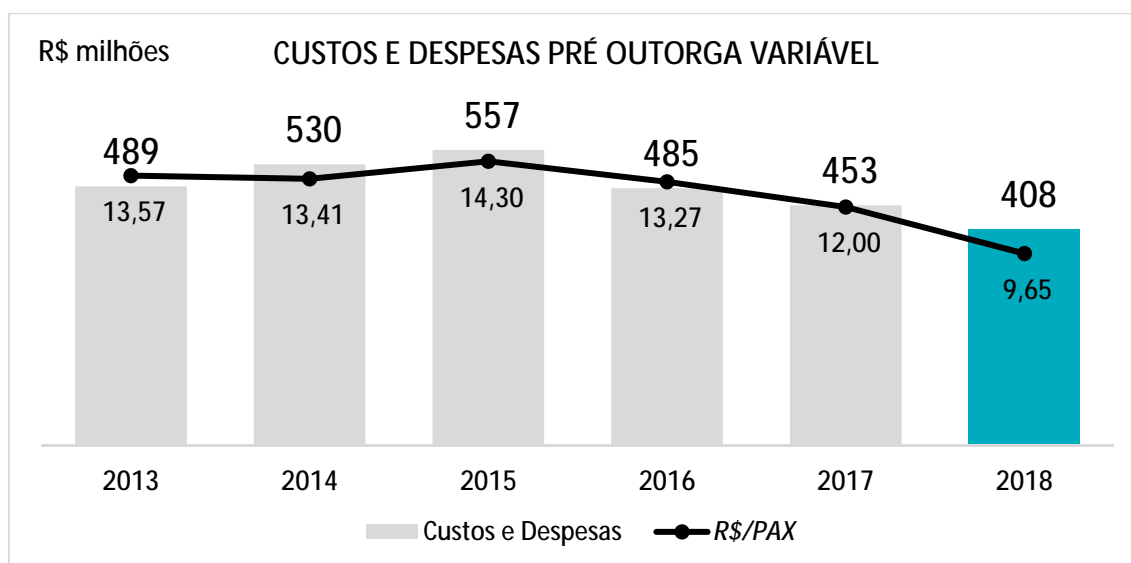
Em relação à conservação e manutenção, observa-se diminuição de R\$ 8,4 milhões, 8% de queda frente ao mesmo período do ano anterior, decorrente da revisão de escopos e renegociações contratuais de prestação de serviços de contratos relevantes na área de manutenção e operações.

Nos custos operacionais, observa-se uma discreta elevação de R\$ 2,8 MM ou 2,2%, devido ao: (i) aumento dos custos com energia elétrica decorrente do início de novas operações comerciais e reajuste anual das tarifas de energia elétrica; (ii) dos serviços de transporte de cargas, devido a maior movimentação de cargas no terminal e (iii) ao início dos serviços *Premium* da *Sala Vip* sendo realizados diretamente por GRU Airport.

As despesas administrativas apresentam redução de R\$ 6,2 milhões, queda de 7,5 % em relação ao ano anterior. A otimização dos serviços, a menor contratação de consultorias e a redução na taxa do seguro garantia, são os principais responsáveis pela redução frente ao ano de 2017.

Os valores de outorga variável acompanham o comportamento da receita da Companhia. O crescimento consiste na elevação da receita frente ao ano de 2017.

A evolução ao longo dos anos dos custos e despesas, reflete o esforço e comprometimento de GRU Airport em melhorar processos e aumentar a eficiência operacional:



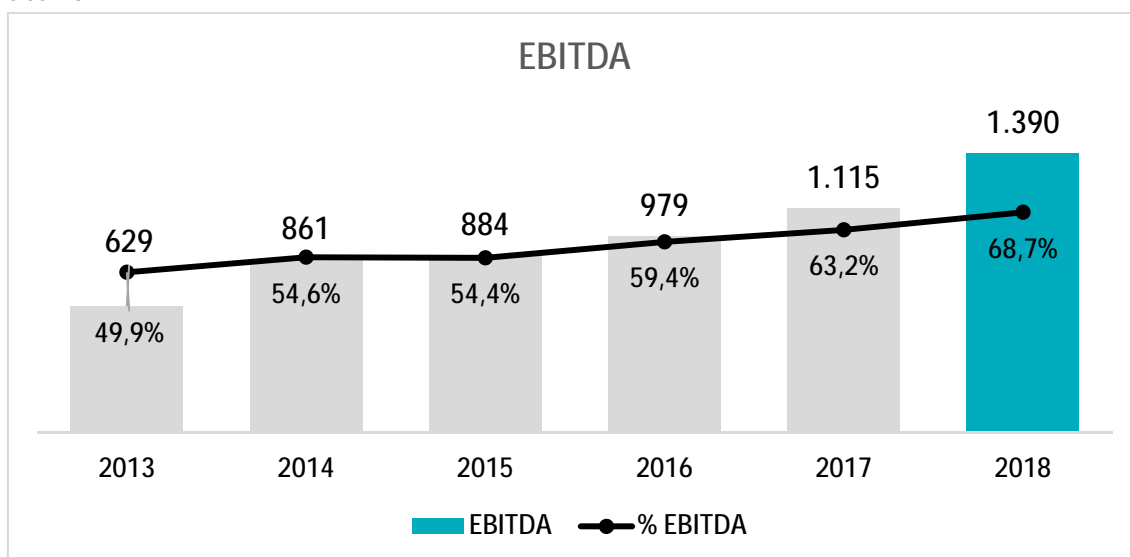
EBITDA E MARGEM EBITDA

R\$ MM	2018	2017	Var. %
Receita Líquida	2.024,7	1.765,6	14,7%
Custos & Despesas Operacionais	(634,4)	(650,3)	-2,4%
EBITDA	1.390,2	1.115,3	24,6%
Margem EBITDA (%)	68,7%	63,2%	5,5 p.p.

Instrução CVM Nº527/12

O EBITDA em 2018 foi de R\$ 1,4 bilhão, representando um crescimento de 24,6 % em relação ao ano de 2017. A margem EBITDA apresentou elevação de 5,5 p.p. Esta variação reflete o compromisso da Administração da Concessionária em maximizar a rentabilidade operacional da Companhia com resultados sólidos e sustentáveis.

Observa-se significativo crescimento dos resultados ao longo do tempo, como demonstrado no gráfico abaixo:



LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO

R\$ MM	2018	2017	Var. %
(Prejuízo) Líquido do Exercício	(188,2)	(633,6)	-70,3%
(-) Impacto Outorga Fixa (contábil)	1.370,6	1.306,6	4,9%
Resultado Líquido Pré Outorga Fixa	1.182,4	673,0	75,7%
(+) Outorga Fixa - Caixa	(242,7)	(1.608,4)	-84,9%
(Prejuízo) Líquido do Exercício Ajustado	939,6	(935,4)	-200,4%

Em 2018, o prejuízo líquido foi de R\$ 188,2 milhões, R\$ 445,4 milhões menor em relação ao ano anterior. A redução do prejuízo apresentado foi, principalmente, devido à constituição do imposto diferido ativo com base nas instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Em 2018, GRU Airport, iniciou investimentos na infraestrutura com o objetivo de aprimorar o nível de atendimento e o conforto aos passageiros. Dentre os projetos, destacamos: (i) investimento no *Pier* oeste do terminal 2, sendo quatro novas pontes de embarque (estrutura que leva os passageiros até os aviões), aumentando a capacidade de atendimento de passageiros; (ii) investimento no sistema de distribuição de bagagens (BHS) do terminal 2, que consistiu em tornar o *check-in* "B" capaz de processar a checagem tanto para embarque doméstico quanto para internacional; (iii) investimento na expansão da sala de embarque remota do terminal 3, resultando num crescimento de 40% na área de embarque. O projeto consistiu na instalação de novos portões de embarque e também de mais assentos. Adicionalmente, foram construídos no local novos banheiros, dobrando a capacidade de atendimento; (iv) investimento de duas novas pontes de embarque no Terminal 3, este projeto consiste na ampliação da estrutura do *Pier* e a previsão de conclusão está para o primeiro trimestre de 2019; (v) e, ainda em 2018 foram iniciadas as obras do Pátio "7", que contemplam em sua primeira fase a disponibilização de 12 novas posições de aeronaves código "C" e deve ser inaugurado no primeiro semestre de 2019.

R\$ MM	2018	2017
Imobilizado	0,1	0,1
Intangível	92,3	58,4
Total Investido	92,5	58,5
Capitalização do Resultado Financeiro	258,0	243,7
Margem de Construção	0,0	0,0
Investimento Contábil	350,5	302,3

ESTRUTURA FINANCEIRA

R\$ MM	2018	2017	Var.%
Dívida Bruta	3.440,1	3.640,9	-5,5%
Circulante	176,6	222,2	-20,5%
Não Circulante	2.531,4	2.678,7	-5,5%
Debênture	732,2	740,0	-1,1%
Disponibilidades	653,6	189,0	245,8%
Caixa e equivalentes de caixa	502,5	44,4	1.031,2%
Aplicações Financeiras Vinculadas	151,2	144,6	4,5%
Dívida Líquida	2.786,5	3.451,9	-19,3%

Em 2018, GRU Airport manteve sua estrutura de dívida, que é composta principalmente do financiamento de longo prazo contratado junto ao BNDES e Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Itaú), somando R\$ 2,7 bilhões do endividamento, bem como as duas emissões de debêntures que somadas atingem o volume de R\$ 732,2 milhões. Além disso, o GRU Airport possui uma linha de *Hot Money*, com o objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia, no montante de R\$ 12,5 milhões.

PRÊMIO E RECONHECIMENTO

Em 2018, pelo terceiro ano consecutivo, o GRU Airport recebeu o prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com os Jornalistas 2018, na categoria Logística e Transporte. A premiação é promovida pelo CECOM (Centro de Estudos da Comunicação) em parceria com a revista Negócios da Comunicação.

GRU Airport foi consagrado vencedor na categoria 1 “Ações de inovação implementadas por operadores de aeródromos” no concurso Inovanac promovido pela ANAC. A laureação consistiu em uma solução de sinalização aplicada durante a execução das obras das (RESAS) das pistas de pousos e decolagens do (SBGR).

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Desempenho Ambiental

O GRU Airport está comprometido com o desenvolvimento de atividades que consideram a proteção ao meio ambiente, assegurando o cumprimento das leis, normas e padrões socioambientais aplicáveis a gestão aeroportuária.

Responsabilidade Social

O Aeroporto Internacional de São Paulo investe em ações de responsabilidade social por meio de projetos de incentivo ao empreendedorismo, oficinas de música, artesanato e robótica, além de iniciativas socioambientais que beneficiam moradores do entorno do Aeroporto.

No âmbito estratégico, GRU Airport utiliza os indicadores socioambientais do Instituto Ethos e do GRI (*Global Reporting Initiative*) para propor a implementação de boas práticas ao negócio.

Atualmente, os principais projetos sociais apoiados pelo GRU Airport são:

Projeto Afinando o Futuro com Arte: projeto socioeducativo localizado no sítio aeroportuário para atendimento de crianças e adolescentes do entorno do Aeroporto. O projeto é gerido pela Associação Guarulhense de Amparo ao Menor (AGAM), entidade com mais de 30 anos de atuação no município de Guarulhos. Atualmente, são atendidas cerca de 120 crianças e adolescentes, entre 6 e 18 anos.

Durante as aulas, os alunos executam atividades que reforçam o vínculo familiar e as relações sociais, o que os afasta do trabalho infantil. As oficinas são desenvolvidas por faixa etária, nos períodos da manhã e tarde, de segunda a sexta-feira, desenvolvendo atividades com música, informática, competências para a vida, artes, inglês, robótica e esporte. O projeto oferece assistência social com visitas domiciliares.

Em 2018, o projeto iniciou uma parceria com o CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) para oferecer oficinas relacionadas ao primeiro emprego. No total, 17 adolescentes foram inseridos no mercado de trabalho por meio do programa Jovem Aprendiz.

Primeiro Voo: parceria com a Wizard Idiomas, oferece curso de inglês para os atendidos do Projeto Afinando o Futuro com Arte. O intuito é preparar os alunos para o mercado de trabalho. Em 2018, 79 pessoas foram matriculados na oficina de inglês, com aproveitamento de mais de 77% de aprovação. O curso somou 72 horas de aulas durante o ano.

Investimento social – Subcrédito social C: linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é destinada à implantação, expansão e consolidação de projetos e programas de investimentos sociais que sejam, preferencialmente, articulados com o poder público local e/ou que visem a somar esforços com programas ou políticas públicas. Até o momento foram aprovados por meio do subcrédito os seguintes projetos: Centro de Defesa de Direitos Humanos–CDDH; Afinando o Futuro com Arte; Bioplant (planta de biodiesel); e Instituto Coliseu Boxe Center.

DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

As práticas de recursos humanos disseminam ações direcionadas para atrair, desenvolver, reconhecer e reter profissionais capazes de sustentar a estratégia da Companhia. Além disso, buscam agregar valor a partir do desenvolvimento das pessoas, com ações voltadas para a análise de performance, mapeamento das competências e no aprimoramento da capacitação profissional, atuando na melhoria contínua do ambiente de trabalho. Anualmente, são realizados, como parte do ciclo de desenvolvimento de pessoas, comitês de carreira e sucessão, pautados pela análise de competências técnicas, comportamentais e entregas realizadas, estruturando o mapeamento sucessório da Companhia. Ainda visando o desenvolvimento de todos que trabalham no site aeroportuário, em 2018, 41.222 pessoas participaram de sessões de treinamento, entre colaboradores e comunidade aeroportuária, totalizando 111.485 horas treinadas.

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

Pessoas e equipes precisam atuar em conformidade com os princípios éticos e morais praticados pela Companhia, agindo, a cada momento, com honestidade, comprometimento, responsabilidade e respeito. O Código de Ética e Conduta tem como objetivo estabelecer o padrão de comportamento e os valores do GRU Airport. O documento é amplamente divulgado entre todos os empregados e conta com canal externo de denúncia.

Em 2018, foi realizada a revisão do código de ética e conduta, o que inclui os seguintes itens: (i) Atitudes Legais; (ii) Respeito à Diversidade; (iii) Valorização do Ambiente de Trabalho e (iv) Excelência dos Serviços. Todos os funcionários aderiram ao código de ética, o mesmo pode ser verificado no site da Companhia.

GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

O Programa de Ética e Conduta do GRU Airport foi implementado e compreende o conjunto de práticas, políticas, regulamentos, procedimentos e instruções de trabalho, estabelecidos com o objetivo de evitar, detectar e tratar desvios de ética e conduta. Atualmente o programa que é monitorado por um grupo independente dedicado aos temas da atividade de *Compliance* e, para fins de governança, responde diretamente ao Presidente da Companhia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

GRU Airport apresenta as Demonstrações Contábeis do ano de 2018, de acordo com as normas internacionais de contabilidade e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis às operações da Companhia.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/2003, o GRU Airport celebrou contrato com a Grant Thornton Auditores Independentes em 2016 como auditor externo e mantém o contrato ativo para o exercício de 2019.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo nº 25 da Instrução CVM nº 480/2009, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria do GRU Airport declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório da Grant Thornton Auditores Independentes e com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
Guarulhos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 188.217 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e que, naquela data, o patrimônio líquido (passivo a descoberto) estava negativo em R\$ 918.791 mil e o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.157.861 mil.

A Administração, baseada no plano de negócios, considera que além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos 12 meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa e reequilíbrio do capital circulante líquido. Adicionalmente, também chamamos atenção para a nota explicativa nº 29 subitem (ii) que informa que, a partir de 11 de fevereiro de 2019, a coligada Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. descumpriu cláusula de covenants relacionado a classificação de risco e, conseqüentemente, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos da Companhia, caso sua coligada e/ou a própria Companhia não obtenham o “waiver”. Em 31 de dezembro de 2018, a eventual não confirmação do referido plano de negócios, não obtenção do “waiver” junto aos credores juntamente com outros assuntos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na nota explicativa nº 10 – “Intangível”, a Companhia possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, cujo o saldo em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 14.580.161 mil. Em 31 de dezembro de 2018, a situação financeira da Companhia era indicativo de que o valor contábil desse ativo pudesse exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a Administração da Companhia realizou a atualização do teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível realizado em 2017.

Esse tema foi considerado novamente como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria durante 2018, tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis, já que na determinação das premissas utilizadas pela Administração da Companhia, estão inseridas determinadas projeções nos fluxos de caixa que apresentam um alto grau de incerteza, já que são afetadas por condições futuras estimadas para crescimento da economia e do mercado como um todo.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Com o auxílio de nossos especialistas internos de *corporate finance*, revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis. Também revisamos as principais premissas utilizadas considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido, as informações históricas utilizadas e avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto. Analisamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos um estudo independente considerando um cenário mais pessimista e comparamos o valor recuperável obtido com o estudo elaborado pela Administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um ambiente mais pessimista.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável, elaborada pela Administração da Companhia, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na nota explicativa nº 7 – “Impostos, taxas e contribuições” subitem (b), a Companhia possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 960.624 mil, provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudos realizados da projeção de geração de lucros tributáveis futuros.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, devido à subjetividade e julgamento envolvidos na elaboração da estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Com o auxílio de nossos especialistas internos de *corporate finance*, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados possam ser utilizados, incluindo expectativa de crescimento, inflação, bem como comparamos com dados históricos, dados do setor e/ou dados de mercado e efetuamos análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas. Analisamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os lucros tributáveis futuros da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa e avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas em notas explicativas. Envolvermos também os nossos especialistas em tributos nas análises sobre o cálculo dos impostos diferidos ativos, na validação da razoabilidade da base de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e, avaliação quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos das diferenças temporárias.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que, no que se refere a sua recuperabilidade, os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Redução do valor recuperável do contas a receber

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme nota explicativa nº 6 – “Contas a receber”, com a entrada em vigor do IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Administração revisou e alterou a política utilizada para mensuração da provisão para perda de crédito esperada com o objetivo de atender aos novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento da redução do valor recuperável do contas a receber.

Esse tema foi considerado como um assunto crítico em nossa auditoria devido a mudança de conceito introduzida pela nova norma, alterando o conceito de “perda incorrida” para o conceito de “perda esperada” e, por esse motivo, para endereçar os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, tivemos um envolvimento significativo da equipe de auditoria com objetivo verificar, com base na norma mencionada, se a Administração da Companhia havia procedido com o julgamento adequado, visando implementar sua nova política contábil para mensuração da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Efetuamos o entendimento dos julgamentos utilizados pela Administração da Companhia para definição da nova política contábil aplicada para provisão para perda de crédito esperada e observamos se os julgamentos e a modelagem financeira que foram utilizados possuíam amparo técnico no IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros, com o objetivo de avaliar a consistência técnica da nova política utilizada pela Administração. Adicionalmente, obtivemos a memória de cálculo da matriz de provisões, do *aging list* do contas a receber e do cálculo da provisão para perda de crédito esperada e efetuamos o recálculo dos mesmos com o objetivo de avaliar a precisão aritmética dos cálculos efetuados.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a estimativa de provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa registrada pela Administração, são aceitáveis no contexto das contábeis tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

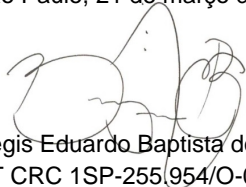
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2019



Régis Eduardo Baptista dos Santos
CT CRC 1SP-255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	502.468	44.420
Aplicações financeiras vinculadas	5	28.031	27.030
Contas a receber	6	254.026	230.152
Estoques		6.638	1.922
Impostos a recuperar	7a	38.384	37.402
Despesas antecipadas		5.058	7.796
Outros adiantamentos		4.911	3.103
		<u>839.516</u>	<u>351.825</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	5	123.120	117.545
Contas a receber	6	5.929	-
Impostos diferidos ativos	7b	202.229	-
Estoques		7.765	13.881
Impostos a recuperar	7a	391.236	409.364
Partes relacionadas	8	17.730	17.730
Depósitos judiciais	15	14.099	8.141
Imobilizado	9	13.913	17.138
Intangível	10	14.580.161	15.047.967
		<u>15.356.182</u>	<u>15.631.766</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>16.195.698</u></u>	<u><u>15.983.591</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		78.347	70.105
Empréstimos e financiamentos	11	176.564	222.157
Debêntures	12	65.274	52.057
Impostos a recolher	7d	37.913	36.494
Obrigações com empregados e administradores	13	22.992	30.211
Concessão de serviço público	14	1.423.218	437.117
Partes relacionadas	8	25.883	34.531
Receita diferida	16	17.737	17.030
Adiantamento de clientes	17	13.687	37.573
Outros passivos	18	135.762	165.302
		<u>1.997.377</u>	<u>1.102.577</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	2.531.413	2.678.723
Debêntures	12	666.878	687.965
Impostos diferidos passivos	7b	-	124.101
Concessão de serviço público	14	11.754.113	11.941.423
Provisão para obrigações legais	15	11.261	11.200
Receita diferida	16	153.364	158.183
Adiantamento de clientes	17	83	9.993
		<u>15.117.112</u>	<u>15.611.588</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	19	2.624.558	2.624.558
Prejuízo acumulado		(3.355.132)	(2.721.509)
Resultado do exercício		(188.217)	(633.623)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(918.791)</u>	<u>(730.574)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO			
LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
		<u>16.195.698</u>	<u>15.983.591</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita líquida de serviços e cessão de espaço	20	2.024.656	1.765.619
Custo dos serviços prestados	21	(1.340.555)	(1.272.980)
Lucro bruto		684.101	492.639
Despesas gerais e administrativas	21	(135.728)	(143.197)
Outras receitas e despesas	21	13.666	975
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		562.039	350.417
Resultado financeiro líquido	22	(1.076.586)	(1.070.483)
Resultado antes dos impostos		(514.547)	(720.066)
Imposto de renda e contribuição social	7c	326.330	86.443
Prejuízo líquido do exercício		(188.217)	(633.623)
Prejuízo líquido por ação (em reais)	28	(0,062)	(0,313)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício	(188.217)	(633.623)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente no exercício	<u>(188.217)</u>	<u>(633.623)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>2.624.558</u>	<u>(3.355.132)</u>	<u>(730.574)</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(188.217)</u>	<u>(188.217)</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>2.624.558</u>	<u>(3.543.349)</u>	<u>(918.791)</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>1.774.558</u>	<u>(2.721.509)</u>	<u>(946.951)</u>
Aumento de capital	<u>850.000</u>	<u>-</u>	<u>850.000</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(633.623)</u>	<u>(633.623)</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>2.624.558</u>	<u>(3.355.132)</u>	<u>(730.574)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(514.547)	(720.066)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9/10	828.185	764.897
Baixa de imobilizado e intangível	9/10	5	2.198
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6	14.057	10.292
Provisão para obrigações legais	15	61	3.798
Apropriação de receita diferida	16	(9.485)	15.504
Variações monetárias e encargos, líquidas		1.076.608	1.070.494
Reequilíbrio econômico financeiro		(8.329)	(9.714)
Realização do custo de captação de empréstimos/debêntures	11/12	3.107	957
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber		(43.860)	4.704
Estoques		1.400	955
Outros adiantamentos		(1.809)	(1.163)
Impostos a recuperar		17.146	16.017
Depósitos judiciais		(5.958)	(4.870)
Despesas antecipadas		2.739	(1.562)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(6.360)	(15.846)
Partes relacionadas		(8.648)	(18)
Obrigações com empregados e administradores		(7.219)	(3.247)
Impostos a recolher		1.419	6.894
Adiantamento de clientes		(33.796)	(93.616)
Outras obrigações e contas a pagar		(29.540)	48.739
Outorga variável	14	230.510	200.601
Pagamento outorga variável	14	(200.732)	(187.102)
Receita diferida		12.235	(11.816)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>1.317.189</u>	<u>1.097.030</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		(23.988)	(49.766)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		45.611	41.500
Aquisição de intangível		(84.280)	(47.390)
Aquisição de imobilizado	9	(125)	(110)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		<u>(62.782)</u>	<u>(55.766)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social	19	-	850.000
Captação de empréstimos	11	203.072	107.220
Pagamento de empréstimos, debêntures e conta garantida	11/12	(452.062)	(84.658)
Juros pagos	11/12	(300.825)	(310.950)
Pagamento da outorga fixa	14	(246.544)	(1.608.450)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		<u>(796.359)</u>	<u>(1.046.838)</u>
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa			
		<u>458.048</u>	<u>(5.574)</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
		44.420	49.994
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			
		<u>502.468</u>	<u>44.420</u>
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa			
		<u>458.048</u>	<u>(5.574)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas		2.760.550	2.384.900
Prestação de serviços e cessão de espaço	20	2.774.607	2.395.192
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6	(14.057)	(10.292)
Insumos adquiridos de terceiros		(888.987)	(808.575)
Custos dos serviços prestados		(822.535)	(730.637)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(66.452)	(77.938)
Valor adicionado bruto		<u>1.871.563</u>	<u>1.576.325</u>
Retenções			
Depreciação e amortização	21	(828.185)	(764.897)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		<u>1.043.378</u>	<u>811.428</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		<u>36.377</u>	<u>44.993</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u><u>1.079.755</u></u>	<u><u>856.421</u></u>
Distribuição do valor adicionado		<u>1.079.755</u>	<u>856.421</u>
Pessoal e encargos	21	<u>117.094</u>	<u>141.679</u>
Remuneração direta		81.314	101.366
Benefícios		26.547	31.330
FGTS		9.233	8.983
Impostos, taxas e contribuições		<u>39.490</u>	<u>234.743</u>
Federais		(51.430)	159.890
Municipais		90.920	74.853
Remuneração do capital de terceiros		<u>1.111.388</u>	<u>1.113.622</u>
Juros	22	343.044	360.447
Atualização outorga		757.735	739.483
Outros		10.609	13.692
Remuneração de capital próprio		<u>(188.217)</u>	<u>(633.623)</u>
Prejuízo do exercício		(188.217)	(633.623)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Concessionária” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. GRUPAR (“Grupar”), uma controlada do grupo INVEPAR, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO com 49%, constituída em 08 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B” e tem como principal objeto social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 05 anos. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descritos na nota explicativa nº 14.

Pelos próximos 14 anos, a Concessionária realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

Em 31 de dezembro de 2018, a Concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$ 188.217 (R\$ 633.623 em 31 de dezembro de 2017), um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.157.861 (R\$ 750.752 em 31 de dezembro de 2017) e patrimônio líquido negativo em R\$ 918.791 (R\$ 730.574 em 31 de dezembro de 2017).

Considerando que, no atual estágio da Concessionária, sua geração de caixa operacional tem por objetivo principal o pagamento das outorgas, é esperado que a Concessionária possua capital circulante negativo, com característica decrescente, com pico no terceiro trimestre de cada ano, após o pagamento da outorga fixa, sendo o caixa recomposto com o acúmulo de caixa operacional. Em dezembro de 2017, com o intuito de melhorar a estrutura de capital para os próximos anos, a Concessionária aderiu à reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa, instituída pela Lei nº 13.999/17, antecipando parcialmente o valor da outorga fixa de 2018 e postergando na mesma proporção o valor para 2031 e 2032 (vide nota explicativa nº 14). Esta medida garante caixa suficiente para cumprir com as obrigações de pagamento das outorgas fixas futuras.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações contábeis da Concessionária estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Concessionária leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações contábeis é determinado nessa base, como uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da Concessionária. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, conforme descrito na nota explicativa nº 26.

2.3. Apresentação das demonstrações contábeis

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Concessionária.

A Administração da Concessionária autorizou a emissão destas demonstrações contábeis em 21 de março de 2019.

2.4. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação de serviço, especificada no contrato acordado com o cliente.

A Concessionária reconhece a contraprestação de serviço no momento em que transfere ao cliente o controle sobre o serviço.

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no contrato de concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária pode explorar outras atividades econômicas como cessão de espaços, estacionamentos, publicidade e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas. A receita de serviços não tarifários é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.5. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

A Concessionária definiu o Real (R\$) como sua moeda funcional.

2.6. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Concessionária.

A provisão para perdas esperadas de créditos é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para o contas a receber e é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso a mais de 30 dias e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as perdas futuras na realização dos créditos, levando em consideração o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com contas a receber.

Em cada data de balanço, a Concessionária avalia se o contas a receber está com problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Concessionária em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

2.8. Estoques

Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicável. Os estoques cuja expectativa de utilização ocorra após 12 meses ou mais da data das demonstrações contábeis, são apresentados no ativo não circulante.

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Intangível

Refere-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente e direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição.

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados ao custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise. Os ativos intangíveis relacionados aos direitos de concessão são amortizados ao longo do prazo da concessão pela curva de benefício econômico, tendo sido adotada a curva de passageiros (PAX) estimada como base para a amortização.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.11. Benefícios a empregados

A Concessionária concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, participação nos resultados, dentre outros, e é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da INFRAERO. Para os empregados admitidos pela Concessionária o plano de previdência privada oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL.

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

2.12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Até 31 de dezembro de 2018 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas a impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas		
		Receitas tarifárias	Receitas não tarifárias	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integridade Social	PIS	1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISSQN	5,00%	-	-

Em 23 de dezembro de 2014, foi aprovada a Lei nº 7.342/14 que alterou a alíquota do ISSQN sobre as receitas tarifárias de 2% para 5% a partir de abril de 2015. Quanto à tributação do PIS e COFINS, a Concessionária adota o regime da não cumulatividade.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes na data do balanço, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro contábil ajustado, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Concessionária requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação a interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Concessionária.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, administrativas e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) – Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7).

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o Pronunciamento CPC 09 – Demonstração do valor adicionado.

2.18. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.19. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

2.20. Contrato de concessão – ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

2.21. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB:

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

- IFRS 16/CPC 06(R2) – Leasing: estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações serão tratadas como revisão do CPC 06;
- ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro – essa interpretação explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos sobre lucros correntes e diferidos, no caso em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto onde as posições fiscais ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias;
- Aprimoramentos do ciclo 2015 a 2017 – IFRS 3 (CPC 15 – Combinação de negócios – R1), IFRS 11 (CPC 19 – Negócios em conjunto - R2), IAS 12 (CPC 32 – Tributos sobre o lucro) e IAS 23 (CPC 20 – Custos dos empréstimos - R1).

A Concessionária está avaliando os reflexos destas normas e, no entanto, não espera impacto relevante sobre as demonstrações contábeis.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A – Transferência das operações do Aeroporto sob comando da INFRAERO para a Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013);
- FASE I-B – Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014);
- FASE I-C – Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) (fase concluída em 12 de maio de 2016);
- FASE II – Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (fase atual da Concessionária no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

O contrato de concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, mantendo um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de outorga fixa. Em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/ MTPA, o montante em valores reais passa a ser R\$ 16.655.000 decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

A Concessionária também se comprometeu a realizar contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária, exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

A Concessionária possui como remuneração as receitas tarifárias (tarifa de embarque, de conexão, de pouso e permanência, de armazenagem e capatazia) e receitas não tarifárias (cessão de espaço), inerentes à exploração dos espaços comerciais.

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no Complexo Aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	986	3.719
Aplicações em fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	<u>501.482</u>	<u>40.701</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>502.468</u></u>	<u><u>44.420</u></u>

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais, em valores mobiliários do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil (BACEN) e em operações lastreadas em títulos públicos federais, com remuneração média de 98,19% do CDI (98,32% do CDI em dezembro de 2017), investimento de curto prazo e com alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante (a)	<u>28.031</u>	<u>27.030</u>
Conta Pagamento - empréstimos e financiamentos	28.031	27.030
Não circulante (a)	<u>123.120</u>	<u>117.545</u>
CDB - Garantia Duke Energia	4.183	4.215
Conta Reserva	118.937	113.330
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	<u><u>151.151</u></u>	<u><u>144.575</u></u>

(a) Títulos para negociação

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos.

Os fundos são remunerados pela taxa média de 97,63% do CDI (97,91% do CDI em 31 de dezembro de 2017) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

Do montante de aplicação financeira registrado no não circulante R\$ 4.183 (R\$ 4.215 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à aplicação em CDB junto ao Banco Itaú BBA, remunerado pela taxa média de 96,20% do CDI, cedido como garantia em contrapartida ao suprimento de energia elétrica no mercado livre, conforme contrato de compra e venda de energia elétrica entre a Concessionária e a Rio Paranapanema Energia (empresa do grupo Duke Energy).

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	158.126	130.035
Armazenagem	<u>17.879</u>	<u>17.267</u>
	176.005	147.302
Contas a receber não tarifárias		
Cessão de espaço	<u>121.651</u>	<u>106.494</u>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	<u>(37.701)</u>	<u>(23.644)</u>
Total contas a receber	<u>259.955</u>	<u>230.152</u>
Circulante	<u>254.026</u>	<u>230.152</u>
Não circulante	<u>5.929</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total líquido de PECLD	Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE DEZEMBRO DE 2018	259.955	(37.701)	250.268	15.087	6.310	9.899	5.455	186	240	10.211
	Total líquido de PECLD	Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE DEZEMBRO DE 2017	230.152	(23.644)	221.074	9.645	2.685	1.872	778	231	406	17.105

Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para perda de crédito esperada é de R\$ 37.701 (R\$ 23.644 em 31 de dezembro de 2017).

Movimentação na perda de crédito esperada:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	(23.644)	(13.352)
Adições	(37.066)	(13.982)
Reversões	17.624	1.076
Baixa	5.385	2.614
Saldo no fim do exercício	<u>(37.701)</u>	<u>(23.644)</u>

Com a atualização do IFRS 9/ CPC 48 – Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, que introduz novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, a Concessionária revisou sua política e procedimentos para o reconhecimento das provisões de perdas de clientes, considerando os aspectos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa que considera a avaliação de possíveis perdas de créditos no que representa incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes. A seguir apresentamos o percentual aplicado para cada nível de aging de vencimento, entretanto, a Concessionária utiliza do julgamento e avaliação de risco para a provisão ou não, caso entenda necessário.

<u>Aging</u>	<u>%</u>
Títulos à vencer	-
Vencidos até 30 dias	-
Vencidos de 31 à 60 dias	28,7%
Vencidos de 61 à 90 dias	38,0%
Vencidos de 91 à 120 dias	54,0%
Vencidos de 121 à 150 dias	64,0%
Vencidos de 151 à 180 dias	74,1%
Vencidos de 181 à 210 dias	83,3%
Vencidos de 211 à 240 dias	87,3%
Vencidos de 241 à 270 dias	91,3%
Vencidos de 271 à 300 dias	96,8%
Vencidos de 301 à 330 dias	98,9%
Vencidos de 331 à 360 dias	100,0%
Vencidos à mais de 361 dias	100,0%

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IRRF	4.832	6.586
IRPJ a compensar	1.061	655
CSLL a compensar	215	131
PIS e COFINS	32.235	29.989
ISSQN	41	41
Total dos impostos a recuperar - circulante	<u>38.384</u>	<u>37.402</u>
PIS e COFINS - não circulante	<u>391.236</u>	<u>409.364</u>
Total	<u><u>429.620</u></u>	<u><u>446.767</u></u>

O montante de impostos a recuperar se refere principalmente ao de crédito de PIS e COFINS sobre os investimentos, que são compensados a partir da amortização dos bens realizada pela curva de demanda.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Concessionária, de acordo com o CPC 32 – Impostos sobre o lucro (IAS 12), Instrução CVM 371, OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 01/2019 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social, diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	942.583	688.029
Diferenças temporárias - provisões indedutíveis	18.041	18.041
Total	<u>960.624</u>	<u>706.070</u>
Passivo diferido		
Outorga fiscal(*)	(584.975)	(628.307)
AVP outorga fiscal	(139.006)	(166.180)
Margem de construção(*)	(31.548)	(33.815)
AVP reequilíbrio	(2.866)	(1.869)
Total	<u>(758.395)</u>	<u>(830.171)</u>
Saldo ativo diferido líquido	<u>202.229</u>	<u>(124.101)</u>

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV do artigo. 69 da Lei nº 12.973/14.

A Concessionária constituiu o montante de R\$ 151.458 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 158.235 em 31 de dezembro de 2017 não constituído) de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O valor acumulado, até 31 de dezembro de 2018, de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.106.259 (R\$ 1.183.073 em 31 de dezembro de 2017).

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados ao longo do prazo da concessão conforme abaixo:

	<u>Ativo</u>
2021	9.171
2022	33.050
2023	52.120
2024 a 2032	<u>866.283</u>
	<u>960.624</u>

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivo

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(514.547)	(720.066)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	174.946	244.822
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do período		
Diferenças permanentes	(74)	(144)
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído	-	(158.235)
Imposto de renda e contribuição social diferido constituído	151.458	-
Total dos impostos no resultado - diferido	<u>326.330</u>	<u>86.443</u>

d) Impostos a recolher

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos sobre faturamento		
PIS e COFINS	24.068	23.794
ISSQN	7.925	7.283
	<u>31.993</u>	<u>31.077</u>
Impostos retidos sobre serviços		
ISSQN terceiros	1.682	950
IRRF	1.235	1.620
INSS s/terceiros	2.106	1.498
CSRF	897	1.349
	<u>5.920</u>	<u>5.417</u>
Circulante	<u>37.913</u>	<u>36.494</u>

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2018		
			Ativo não circulante	Passivo circulante	Resultado
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905	-
CART (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521	-
METRÔRIO (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	457	-
			<u>17.730</u>	<u>25.883</u>	<u>-</u>
			31/12/2017		
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo não circulante	Passivo circulante	Resultado
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905	-
ACSA	Prestação de serviço de consultoria	Acionista indireto	-	8.648	8.648
Inst. INVEPAR	Prestação de serviços de consultoria	Coligada	-	-	180
CART(ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521	-
METRÔRIO(ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	457	-
			<u>17.730</u>	<u>34.531</u>	<u>8.828</u>

a) Sumário das transações entre partes relacionadas:

- (i) A Concessionária e INFRAERO possuem valores de receitas e custos a serem repassados entre as partes, decorrentes da transição da operação;
- (ii) Os passivos com as coligadas CART e METRÔRIO são valores referentes a gastos com funcionários cedidos à Concessionária.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o exercício foi a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	8.489	8.216
Outros benefícios	304	486
Encargos	1.584	1.581
Total da remuneração	<u>10.377</u>	<u>10.283</u>

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 3.025 (R\$ 3.345 em dezembro de 2017). A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de abril de 2018 para o exercício de 2018, é de R\$ 11.013, incluindo os encargos previdenciários incidentes.

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Saldo em 31/12/2017	Adições	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Custo					
Instalações	5%	11.944	-	-	11.944
Máquinas e equipamentos	10%	3.701	3	-	3.704
Móveis e utensílios	10%	2.743	4	4	2.751
Veículos	20%	2.219	-	55	2.274
Equipamentos de informática	20%	10.301	4	26	10.331
Imobilizado em andamento		59	114	(85)	88
Total		30.967	125	-	31.092
Depreciação acumulada					
Instalações		(1.306)	(1.140)	-	(2.446)
Máquinas e equipamentos		(2.442)	(335)	-	(2.777)
Móveis e utensílios		(1.633)	(239)	-	(1.872)
Veículos		(1.175)	(361)	-	(1.536)
Equipamentos de informática		(7.273)	(1.275)	-	(8.548)
Total		(13.829)	(3.350)	-	(17.179)
Imobilizado líquido		17.138	(3.225)	-	13.913

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Custo					
Instalações	5%	11.944	-	-	11.944
Máquinas e equipamentos	10%	3.563	-	138	3.701
Móveis e utensílios	10%	2.743	-	-	2.743
Veículos	20%	2.105	-	114	2.219
Equipamentos de informática	20%	10.502	110	(252)	10.360
Total		30.857	110	-	30.967
Depreciação acumulada					
Instalações		(166)	(1.140)	-	(1.306)
Máquinas e equipamentos		(1.851)	(591)	-	(2.442)
Móveis e utensílios		(1.254)	(379)	-	(1.633)
Veículos		(807)	(368)	-	(1.175)
Equipamentos de informática		(5.297)	(1.976)	-	(7.273)
Total		(9.375)	(4.454)	-	(13.829)
Imobilizado líquido		21.482	(4.344)	-	17.138

Sobre o ativo imobilizado da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

Perdas por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2018, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2018
Custo						
Software e sistemas	20%	26.922	-	-	1.012	27.934
Outorga fixa - concessão	(a)	14.160.273	255.261	-	-	14.415.534
Investimento para concessão	(a)	4.079.267	8.620	-	22.741	4.110.628
Em andamento		16.188	86.472	(5)	(23.753)	78.902
Adiantamento a fornecedores		-	6.681	-	-	6.681
Total		18.282.650	357.034	(5)	-	18.639.679
Amortização						
Software	20%	(16.522)	(4.616)	-	-	(21.138)
Outorga fixa - concessão	(a)	(2.599.798)	(608.818)	-	-	(3.208.616)
Investimento para concessão	(a)	(618.363)	(211.401)	-	-	(829.764)
Total		(3.234.683)	(824.835)	-	-	(4.059.518)
Intangível líquido		15.047.967	(467.801)	(5)	-	14.580.161

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Custo						
Software e sistemas	20%	26.225	-	-	697	26.922
Outorga fixa - concessão	(a)	13.918.432	241.841	-	-	14.160.273
Investimento para concessão	(a)	4.013.079	8.672	-	57.516	4.079.267
Em andamento		23.388	51.013	-	(58.213)	16.188
Adiantamento a fornecedores		2.198	-	(2.198)	-	-
Total		17.983.322	301.526	(2.198)	-	18.282.650
Amortização						
Software	20%	(11.250)	(5.272)	-	-	(16.522)
Outorga fixa - concessão	(a)	(2.037.901)	(561.897)	-	-	(2.599.798)
Investimento para concessão	(a)	(425.089)	(193.274)	-	-	(618.363)
Total		(2.474.240)	(760.443)	-	-	(3.234.683)
Intangível líquido		15.509.082	(458.917)	(2.198)	-	15.047.967

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na nota explicativa nº 14.

As adições no exercício referem-se, em sua maioria, às obras em andamento e capitalização dos encargos da outorga fixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram capitalizados no ativo intangível R\$ 255.261 de atualização monetária da outorga fixa (R\$ 241.841 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 2.891 de juros sobre empréstimos e financiamentos (R\$ 1.889 em 31 de dezembro de 2017).

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Perdas por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2018, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2019 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do contrato de concessão).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (<i>spread</i>)	Saldo inicial 31/12/2017	Captação	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2018
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.969.887	-	177.528	(99.425)	(164.595)	-	1.883.395
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	2.891	221	197	-	(174)	-	3.135
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	847.426	-	77.662	(41.601)	(74.538)	-	808.949
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	6	-	24	-	(24)	-	6
Caixa Econômica Federal	Conta Garantida	dez/18	CDI	<i>spread</i>	50.460	-	1.929	(50.000)	(2.389)	-	-
Daycoval	CCB	jul/19	CDI	5,54%	30.210	-	2.680	(18.333)	(2.065)	-	12.492
BTG Pactual	Nota Promissória	set/18	CDI	1,40%	-	205.000	3.935	(205.000)	(3.935)	-	-
Custo com Nota Promissória	Nota Promissória				-	(2.149)	-	-	-	2.149	-
Total					2.900.880	203.072	263.955	(414.359)	(247.720)	2.149	2.707.977
Parcela do circulante					222.157						176.564
Parcela do não circulante					2.678.723						2.531.413

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (<i>spread</i>)	Saldo inicial 31/12/2016	Captação	Juros incorridos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Saldo final 31/12/2017
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.941.629	53.505	189.311	(46.365)	(168.193)	1.969.887
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	1.993	870	164	-	(136)	2.891
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	832.620	22.845	92.684	(19.330)	(81.393)	847.426
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	5	-	28	-	(27)	6
Caixa Econômica Federal	Conta Garantida	dez/18	CDI	<i>spread</i>	50.697	-	8.065	-	(8.302)	50.460
Daycoval	CCB	jul/19	CDI	5,54%	-	30.000	210	-	-	30.210
Total					2.826.944	107.220	290.462	(65.695)	(258.051)	2.900.880
Parcela do circulante					126.072					222.157
Parcela do não circulante					2.700.872					2.678.723

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. Em 31 de dezembro de 2018, o montante capitalizado no exercício foi de R\$ 2.891 (R\$ 1.889 em 31 de dezembro de 2017).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2020	200.873
2021	253.064
2022	275.916
2023 em diante	1.801.560
	<u>2.531.413</u>

Financiamento de longo prazo – Finem Repasse Direto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 435.000, (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 487.000, e (iv) “subcrédito C” no valor de R\$ 17.000. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Financiamento de longo prazo – Finem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 643.000; (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 187.000; e (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Fiança

Em 01 de julho de 2014, a Concessionária contratou Carta Fiança no montante de R\$ 665 para garantir o pagamento de quantias questionadas nos autos da Execução de Título Extrajudicial, Processo nº 1007422-31.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos – SP. Este saldo é atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e com o *spread* de 2,9% a.a.

Conta Garantida

Em 28 de abril de 2016, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 50.000 da Conta Garantida, com juros remuneratórios obtidos pela composição da taxa CDI Cetip e sobre-preço efetivo anual, incidentes sobre a média aritmética simples dos saldos devedores diários. Em 09 de maio de 2018, este valor foi liquidado.

Cédula de Crédito Bancário (CCB)

Em 14 de dezembro de 2017, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 30.000 da Cédula de Crédito Bancário (CCB), com a finalidade de capital de giro, com juros remuneratórios, obtidos pela composição da taxa CDI e sobre-preço efetivo anual.

Notas Promissórias

Em 09 de maio de 2018, a Concessionária realizou a 3ª emissão de notas promissórias comerciais. Foram emitidas 52 notas promissórias, totalizando o montante de R\$ 205.000, em 4 séries, o valor nominal unitário da 1ª série foi de R\$ 1.000, com 1 nota promissória e o valor nominal unitário das demais séries foi de R\$ 4.000, sendo 17 notas promissórias para cada série. O vencimento da 1ª série ocorreu em 06 de junho de 2018, da 2ª série em 08 de julho de 2018, da 3ª série em 07 de agosto de 2018 e da 4ª série em 07 de setembro de 2018. O pagamento de juros remuneratórios foi incidente sobre o valor nominal unitário, correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do CDI e acrescido de uma sobretaxa ou *spread* de 1,4%. O pagamento de juros e a amortização do principal das séries ocorreram nas datas de vencimento das séries.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e às debentures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário tem como garantia as cláusulas restritivas:

- Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO);
- A Concessionária possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando a contribuição fixa e variável;
- Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, *convenants*, que serão apresentados, obrigatoriamente, após a conclusão de todas as obras financiadas, que deverá ocorrer a partir de 2019, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

12. DEBÊNTURES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente a 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª série terá seu pagamento em 15 de março, a 2ª série em 15 de junho, a 3ª série em 15 de setembro e a 4ª série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 09 parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das notas promissórias emitidas em 07 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Data</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo inicial 31/12/2017	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2018
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	375.239	43.478	(18.643)	(29.008)	-	371.066
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	372.515	38.502	(19.060)	(24.097)	-	367.860
Custo com emissão				(7.732)	-	-	-	958	(6.774)
Total				740.022	81.980	(37.703)	(53.105)	958	732.152

Parcela do circulante	52.057	65.274
Parcela do não circulante	687.965	666.878

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo inicial 31/12/2016	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2017
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	385.200	38.752	(18.963)	(29.750)	-	375.239
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	362.541	33.123	-	(23.149)	-	372.515
Custo com emissão				(8.689)	-	-	-	957	(7.732)
Total				739.052	71.875	(18.963)	(52.899)	957	740.022

Parcela do circulante	34.444	52.057
Parcela do não circulante	704.608	687.965

Em 31 de dezembro de 2018, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 6.774 (R\$ 7.732 em 31 de dezembro de 2017).

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	31/12/2018
2020	63.386
2021	84.570
2022	103.822
2023 em diante	415.100
	<u>666.878</u>

Até o dia 31 de dezembro de 2018, a Concessionária realizou pagamento de principal, referente a 1ª emissão, no montante de R\$ 18.643, sendo R\$ 4.593 referente a 1ª série, R\$ 4.624 referente a 2ª série, R\$ 4.696 referente a 3ª série e R\$ 4.730 referente a 4ª série. Além disso, juros remuneratórios no montante total de R\$ 29.008, R\$ 7.132 referente a 1ª série, R\$ 7.182 a 2ª série, R\$ 7.321 a 3ª série e R\$ 7.373 a 4ª série da 1ª emissão de debêntures. Com relação a 2ª emissão de debêntures série única, foi efetivado o pagamento de principal no montante de R\$ 19.060 e o pagamento de R\$ 24.097 referente a juros remuneratórios.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Vide nota explicativa nº 11.

13. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

	31/12/2018	31/12/2017
INSS a recolher	1.717	2.257
FGTS a recolher	554	729
Férias e encargos sobre férias	8.122	11.315
Programa de participação nos resultados	12.506	15.556
Outros	93	354
	<u>22.992</u>	<u>30.211</u>

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Objeto	Saldo Inicial 31/12/2017	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação (b)	Pagamento	Saldo final 31/12/2018
Outorga variável	200.601	230.510	-	-	-	(4.903)	(195.829)	230.379
Outorga fixa	245.002	-	70.275	23.549	1.110.369	(3.804)	(242.740)	1.202.651
(-) Reequilíbrio	(8.486)	(1.009)	(317)	-	(8.707)	8.707	-	(9.812)
Circulante	437.117	229.501	69.958	23.549	1.101.662	-	(438.569)	1.423.218
Outorga fixa	12.020.886	-	691.488	231.712	(1.110.369)	-	-	11.833.718
(-) Reequilíbrio	(79.463)	-	(8.849)	-	8.707	-	-	(79.605)
Não circulante	11.941.423	-	682.639	231.712	(1.101.662)	-	-	11.754.113
Total	12.378.540	229.501	752.598	255.261	-	-	(438.569)	13.177.331

Objeto	Saldo Inicial 31/12/2016	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação	Pagamento	Saldo final 31/12/2017
Outorga variável	187.102	200.601	-	-	-	-	(187.102)	200.601
Outorga fixa	1.105.715	-	44.684	14.510	733.518	-	(1.653.425)	245.002
(-) Reequilíbrio	(43.282)	-	(968)	-	(9.211)	44.975	-	(8.486)
Circulante	1.249.535	200.601	43.716	14.510	724.307	44.975	(1.840.527)	437.117
Outorga fixa	11.827.018	-	700.055	227.331	(733.518)	-	-	12.020.886
(-) Reequilíbrio	(79.928)	-	(8.746)	-	9.211	-	-	(79.463)
Não circulante	11.747.090	-	691.309	227.331	(724.307)	-	-	11.941.423
Total	12.996.625	200.601	735.025	241.841	-	44.975	(1.840.527)	12.378.540

- (a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA;
 (b) Pagamento a maior da parcela da repactuação.

Outorga fixa

Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva 02 meses antes. Os pagamentos serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Em 26 de outubro de 2017, a Medida Provisória nº 779/17, que tratava sobre a reprogramação do pagamento da contribuição fixa, foi convertida na Lei nº 13.499/17, a qual, celebra os aditivos contratuais que versem sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016.

Em 17 de agosto de 2017, através da Nota Técnica nº 11(SEI)/2017/SRA, a ANAC consentiu a reprogramação do fluxo de pagamento das outorgas e apresentou aditivo do contrato, estabelecendo o novo fluxo de pagamentos.

Em 19 de dezembro de 2017, após o pagamento integral da outorga fixa de 2017, a Concessionária realizou a antecipação do valor de R\$ 319.000 (em valores de 2012), atualizado até esta data, totalizando o montante de R\$ 460.000 referente à parte da outorga fixa de 2018, em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MTPA. De acordo com o referido aditamento, a Concessionária postergou para os anos entre 2031 e 2032 o montante pago antecipadamente de R\$ 319.000, devidamente atualizado. O saldo remanescente de R\$ 172.650 (em valores de 2012), foi pago em 11 de julho de 2018, devidamente atualizado, totalizando o montante de R\$ 242.740.

Outorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos e devoluções. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Reequilíbrio econômico financeiro

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à INFRAERO no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada, entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) decidiu aprovar a 1ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela, serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e eventuais diferenças relativas as estimativas dos anos anteriores deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA, calculado pelo IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

Em 30 de outubro de 2014, no âmbito do Processo 00058.534906/2017-14, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária em razão da impossibilidade de utilização das áreas comerciais com constrição judicial.

Em 11 de outubro de 2018, de acordo com a Decisão nº 159 a ANAC aprovou a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato que será realizada por meio de revisão da contribuição fixa devida pela Concessionária nos termos do artigo 3º da Decisão nº 159/2018. Desse modo, a parcela da contribuição fixa devida em 2019 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado durante o período de constrição, correspondente R\$ 939 devidamente atualizado até a sua compensação.

15. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Provisões</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	10.660	3.432	(5.895)	2.321	10.518
Tributário (b)	158	3	(2)	4	163
Administrativos (c)	289	248	(143)	64	458
Cíveis (d)	93	2.905	(2.948)	72	122
Total	11.200	6.588	(8.988)	2.461	11.261

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Riscos possíveis - Valores não provisionados

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para riscos		
Trabalhistas (a)	3.857	2.627
Tributários (b)	82.792	10.807
Administrativo (c)	1.292	13.362
Cíveis (d)	2.079	786
Total	90.020	27.582

a) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 85% do total das contingências.

b) Riscos tributários

Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), e lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos.

c) Riscos administrativos

Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, ANVISA, IPEM-SP/INMETRO, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

d) Riscos cíveis

Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas.

Depósitos recursais e judiciais

Em 31 de dezembro de 2018, a Concessionária possuía R\$ 14.099 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 8.141 em 31 de dezembro de 2017).

16. RECEITA DIFERIDA

	Saldo inicial 31/12/2017	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/12/2018
Cessão de espaço	9.274	1.828	(9.485)	8.364	9.981
Reequilíbrio	7.756	-	(7.958)	7.958	7.756
Circulante	17.030	1.828	(17.443)	16.322	17.737
Cessão de espaço	92.033	10.407	-	(8.364)	94.076
Reequilíbrio	66.150	-	1.096	(7.958)	59.288
Não Circulante	158.183	10.407	1.096	(16.322)	153.364
	175.213	12.235	(16.347)	-	171.101
	Saldo inicial 31/12/2016	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/12/2017
Cessão de espaço	7.329	467	(8.363)	9.841	9.274
Reequilíbrio	7.142	-	(7.296)	7.910	7.756
Circulante	14.471	467	(15.659)	17.751	17.030
Cessão de espaço	83.149	18.725	-	(9.841)	92.033
Reequilíbrio	73.905	-	155	(7.910)	66.150
Não Circulante	157.054	18.725	155	(17.751)	158.183
	171.525	19.192	(15.504)	-	175.213

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também, o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

A atualização do reequilíbrio econômico, feita por meio do reconhecimento do ajuste a valor presente ao resultado, se dá em base sistemática semelhante à apropriação da receita diferida. Por este motivo, o montante de receita diferida de reequilíbrio econômico no passivo não circulante não teve qualquer movimentação de atualização.

17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante	13.687	37.573
Não circulante	83	9.993
Total	<u>13.770</u>	<u>47.566</u>

Valores referentes a antecipação de recebíveis, relacionados ao direito de exclusividade na exploração das atividades que são objetos de geração de receitas não-tarifárias.

18. OUTROS PASSIVOS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Repasso ATAERO (a)	-	1.895
Repasso PAN/PAT (b)	141	29
Repasso ao Tesouro Nacional (c)	70.112	110.137
Contribuição Mensal (d)	65.508	53.241
Total	<u>135.762</u>	<u>165.302</u>

- (a) O repasse ATAERO era o adicional tarifário, instituído pela Lei nº 7.920/89, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no percentual de 35,90% dos valores efetivamente cobrados dos usuários. A Lei nº 13.319/16 extinguiu a cobrança deste repasse e criou a Contribuição Mensal, sem impactos no resultado da Concessionária;
- (b) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Os percentuais são variáveis e determinados conforme peso das bagagens e cargas;
- (c) O repasse ao Tesouro Nacional corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil, incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825/99. O repasse corresponderá a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidense) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do contrato de concessão.
- (d) A Contribuição Mensal corresponde ao montante mensal resultante da aplicação de alíquota de 22,65% sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pouso e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Concessionária é de R\$ 2.624.558 (em 31 de dezembro de 2017 era R\$ 2.624.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	31/12/2018		
	Capital	Ações ordinárias	%
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	1.338.525	1.547.106.254	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	1.286.033	1.486.435.421	49
Total	<u>2.624.558</u>	<u>3.033.541.675</u>	<u>100</u>

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 12 de dezembro de 2017, a Concessionária realizou aumento de capital social no valor de R\$ 850.000, mediante a emissão de 1.103.896.102 novas ações ordinárias.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional bruta tarifária		
Receita de aeronave e passageiros	1.091.497	941.050
Receita de armazenagem e capatazia	692.947	533.406
Total da receita operacional bruta tarifária	<u>1.784.444</u>	<u>1.474.456</u>
Receita operacional bruta não tarifária		
Cessão de espaço	990.163	920.735
Total da receita operacional bruta não tarifária	<u>990.163</u>	<u>920.735</u>
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	<u>2.774.607</u>	<u>2.395.191</u>
Deduções da receita bruta	<u>(749.951)</u>	<u>(629.572)</u>
PIS	(45.619)	(39.370)
COFINS	(210.124)	(181.341)
ISS	(89.156)	(73.723)
Contribuição mensal (*)	(395.048)	(324.605)
Devoluções e cancelamentos	<u>(10.004)</u>	<u>(10.533)</u>
Receitas líquidas de serviços e cessão de espaço	<u>2.024.656</u>	<u>1.765.619</u>

(*) Contribuição mensal, instituída pela Lei nº 13.319/16, maiores detalhes estão descritos na nota explicativa nº 18 (d).

21. CUSTO E DESPESAS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal e encargos	(117.094)	(141.680)
Conservação e manutenção	(97.469)	(105.895)
Comunicação, marketing e publicidade	(909)	(1.170)
Seguros e garantias	(15.193)	(16.916)
Serviços de terceiros	(134.516)	(134.073)
Veículos	(1.131)	(1.981)
Consultoria e assessoria	(7.652)	(16.377)
Aluguéis e impostos	(24.913)	(30.329)
Energia elétrica	(30.700)	(27.335)
Contingências	(3.401)	(3.889)
PECLD	(14.057)	(10.292)
Outorga variável (*)	(226.711)	(197.291)
Depreciação e amortização	(828.185)	(764.897)
Outros	39.314	36.923
	<u>(1.462.617)</u>	<u>(1.415.202)</u>
Custo dos serviços prestados	(1.340.555)	(1.272.980)
Despesas gerais e administrativas	(135.728)	(143.197)
Outras receitas e despesas	13.666	975
	<u>(1.462.617)</u>	<u>(1.415.202)</u>

(*) Detalhes dos valores da outorga variável estão descritos na nota explicativa nº 14.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	28.199	34.694
Outras receitas financeiras	6.465	8.217
Total	34.664	42.911
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre outorga fixa	(757.735)	(739.483)
Juros sobre debêntures	(81.981)	(71.875)
Juros sobre empréstimos	(261.063)	(288.573)
Comissões e despesas bancárias	(3.925)	(7.902)
Outros	(6.546)	(5.561)
Total	(1.111.250)	(1.113.394)
Total do resultado financeiro	<u>(1.076.586)</u>	<u>(1.070.483)</u>

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão aeroportuária” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

24. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (INFRAPREV) – com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da INFRAERO, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 – contrato de concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 – SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro – Guarulhos – Capítulo XV – das disposições transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

25. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantam continuidade e eficácia das operações realizadas no Aeroporto, como seguro de responsabilidade civil aeroportuário, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao Aeroporto).

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Riscos operacionais	1.600.000	24/05/2018	24/05/2019	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (US\$)	500.000	24/05/2018	24/05/2019	Mapfre Seguros
Garantia de obrigações públicas	555.321	04/06/2017	04/06/2019	Fator Seguradora/Pottencial Seguradora
Seguro de equipamentos móveis	3.300	24/05/2018	24/05/2019	Allianz Seguros S.A.
Seguro de vida – bombeiros	56.560	24/05/2018	24/05/2019	Tokio Marine Seguradora
Seguro de frota	600.000	24/05/2018	24/05/2019	Tokio Marine Seguradora

A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do Grupo INVEPAR, com vigência de março de 2018 a março de 2019, com limite máximo de garantia de R\$ 100.000.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2018 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Instrumentos financeiros		31/12/2018		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	502.468	-	502.468	
Aplicações financeiras vinculadas	151.151	-	151.151	
Contas a receber	-	259.955	259.955	
Partes relacionadas	-	17.730	17.730	
Total do ativo	653.619	277.685	931.304	
Passivos				
Fornecedores	-	78.347	78.347	
Partes relacionadas	-	25.883	25.883	
Empréstimos e financiamentos	-	2.707.977	2.707.977	
Debêntures (*)	-	738.926	738.926	
Concessão de serviço público	-	13.177.331	13.177.331	
Total do passivo	-	16.728.464	16.728.464	

Instrumentos financeiros		31/12/2017		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	44.420	-	44.420	
Aplicações financeiras vinculadas	144.575	-	144.575	
Contas a receber	-	230.152	230.152	
Partes relacionadas	-	17.730	17.730	
Total do ativo	188.995	247.882	436.877	
Passivos				
Fornecedores	-	70.105	70.105	
Partes relacionadas	-	34.531	34.531	
Empréstimos e financiamentos	-	2.900.880	2.900.880	
Debêntures (*)	-	747.754	747.754	
Concessão de serviço público	-	12.378.540	12.378.540	
Total do passivo	-	16.131.810	16.131.810	

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros, alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

- Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- § Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- § Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- § Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	502.468	502.468	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	151.151	-	151.151	-
Total	653.619	502.468	151.151	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.707.977	-	2.707.977	-
Debêntures (*)	738.926	-	738.926	-
Concessão de serviço público	13.177.331	-	-	13.177.331
Total	16.624.234	-	3.446.903	13.177.331

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	44.420	44.420	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	144.575	-	144.575	-
Total	188.995	44.420	144.575	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.900.880	-	2.900.880	-
Debêntures (*)	747.754	-	747.754	-
Concessão de serviço público	12.378.540	-	-	12.378.540
Total	16.027.174	-	3.648.634	12.378.540

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Debêntures

As debêntures em 31 de dezembro de 2018, apresentam valor de mercado R\$ 682.291 (R\$ 710.025 em 31 de dezembro de 2017). Fonte: CETIP

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas.

As operações da Concessionária estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

b) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica de provisão para perda de crédito esperada, nota explicativa nº 6.

c) Risco de liquidez

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2018
Fornecedores	78.347	-	-	-	78.347
Empréstimos	404.715	1.011.289	1.213.194	2.270.981	4.900.179
Debêntures	105.865	271.430	339.324	423.406	1.140.025
Concessão de serviço público	1.202.651	2.604.055	2.807.683	15.523.602	22.137.991
	<u>1.791.578</u>	<u>3.886.774</u>	<u>4.360.201</u>	<u>18.217.989</u>	<u>28.256.542</u>

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2017
Fornecedores	70.105	-	-	-	70.105
Empréstimos	442.857	1.616.679	1.808.379	2.784.028	6.651.943
Debêntures	94.699	231.837	306.704	601.721	1.234.961
Concessão de serviço público	250.690	2.522.984	2.730.465	19.295.382	24.799.521
	<u>858.351</u>	<u>4.371.500</u>	<u>4.845.548</u>	<u>22.681.131</u>	<u>32.756.530</u>

d) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras.

Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Nas tabelas a seguir, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária com base nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

Ativo financeiro

Operação	31/12/2018	Risco/ indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalentes de caixa	502.468	-	35.977	26.983	17.988
Aplicações financeiras vinculadas	151.151	CDI (% ao ano)	10.822	8.117	5.411
Referência para ativos financeiros			Provável	Cenário A	Cenário B
CDI (% ao ano)			7,16%	5,37%	3,58%

Passivo financeiro

Operação	31/12/2018	Risco/indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos	2.695.485	TJLP (% ao ano)	176.554	132.348	88.412
CCB	12.492	CDI (% ao ano)	894	671	447
Debêntures	738.926	IPCA (% ao ano)	30.296	22.759	15.148
Outorga Fixa	13.177.331	IPCA (% ao ano)	540.271	405.862	270.135
Referência para passivos financeiros			Provável	Cenário A	Cenário B
TJLP (% ao ano)			6,55%	4,91%	3,28%
IPCA (% ao ano)			4,10%	3,08%	2,05%
CDI (% ao ano)			7,16%	5,37%	3,58%

27. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/12/2018	31/12/2017
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	2.891	1.889
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	255.261	241.841
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	14.602	10.408
Reequilíbrio econômico-financeiro	-	-

28. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2018 e 2017, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído. A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Numerador		
Resultado do período atribuído aos acionistas da Concessionária	(188.217)	(633.623)
Denominador (em milhares de ações)	<u>3.033.542</u>	<u>2.021.637</u>
Média ponderada por número de ações		
Resultado básico e diluído por ação - em reais	<u>(0,062)</u>	<u>(0,313)</u>

29. EVENTO SUBSEQUENTE

- (i) Em 13 março de 2019, foi encerrada a participação da INVEPAR e da GRUPAR, controladora indireta e direta da Concessionária, na Operação Greenfield. A decisão foi proferida pela 10.^a Vara Federal de Brasília, após procedimentos de auditorias realizadas pela Companhia e com a concordância do Ministério Público Federal, revogando as medidas cautelares que haviam sido impostas;
- (ii) A Concessionária é uma empresa integrante do mesmo grupo econômico da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”), sendo a CART uma empresa controlada integralmente pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, controladora indireta do Aeroporto.

A CART emitiu debêntures (2^a emissão de debêntures – “Debêntures CART”) que possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado a obrigação de manutenção da classificação de risco atribuída às Debêntures CART igual ou superior a “A-“, ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Em 11 de fevereiro de 2019, a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings revisou os ratings da INVEPAR, passando de ‘B’ para ‘CCC+’ na Escala Global e de ‘brA-’ para ‘brBB-’ na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os ratings da 3^a e 4^a emissões de debêntures da INVEPAR de ‘brA-’ para ‘brBB-’. Ação semelhante foi aplicada pela mesma agência para a CART e MetrôBarra S.A., que tiveram seus ratings de Emissor rebaixados de ‘brA-’ para ‘brBB-’, respectivamente, em Escala Nacional Brasil.

Devido ao rebaixamento de rating ocorrido e a conseqüente verificação da hipótese de vencimento antecipado das Debêntures CART, nos termos dos documentos da operação será necessário obter um quórum de deliberação de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação para cada uma das séries, que votem pela não declaração de vencimento antecipado das debêntures (“Waiver”). Neste sentido a CART convocou, em comum acordo com o agente fiduciário, uma Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) para o dia 16 de abril de 2019, data posterior à data de autorização para emissão destas Demonstrações Contábeis, de forma a deliberarem sobre a declaração, ou não, de vencimento antecipado da Emissão.

As Debêntures CART possuem garantias compartilhadas com dívidas contraídas pela CART junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”).

A administração da CART e da INVEPAR vem trabalhando na obtenção do “Waiver” quanto a não declaração do vencimento antecipado, na AGD informada acima e, caso não seja concretizado, tem estruturado ações sequenciais de forma a afastar o risco de vencimento antecipado supracitado.

A administração da CART e da INVEPAR informaram à Concessionária que, caso os planos de afastamento do risco de declaração do vencimento antecipado não prosperem, há risco de o BNDES também declarar vencimento antecipado da dívida que tem com a CART. Essa declaração dá o direito de o BNDES também declarar o vencimento antecipado das dívidas contratadas e ainda não liquidadas pela Concessionária junto a esta instituição financeira, já que, conforme item II, do Art. 39, da Seção I – Normas Gerais, do Capítulo IX – do Inadimplemento e das Penalidades, previsto na Resolução 665/87 – Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES (“DACB”), este poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida da Concessionária caso haja o “inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a Beneficiária pertença”. Além disso, outras restrições poderão ser impostas pelo BNDES a seu critério, como por exemplo, o bloqueio de novos desembolsos (Condições Gerais – Capítulo I, artigo 5º inciso VI das DACB).

Caso haja o vencimento da dívida da CART junto ao BNDES as demais dívidas das Companhias também poderão ser vencidas antecipadamente.

Neste sentido, a administração da Concessionária está acompanhando as evoluções das negociações lideradas pela Administração da CART e da INVEPAR e, atualmente, não possui indicação acerca do insucesso destas nem de, no caso de insucesso, o BNDES exercer o direito de decretar o vencimento antecipado de quaisquer outras dívidas que não as da CART ou adotar outras restrições às dívidas contratadas com o banco, mas informa aos seus acionistas e ao mercado em geral, que este é um fator de risco a ser levado em consideração nas avaliações sobre a Concessionária.

* * *